



LEGISLAÇÃO ■ FALTA DE FORMAÇÃO É ÚNICA QUESTÃO CONCRETA APONTADA

Relatório penal sem conclusão



Conceição Gomes diz que não monitorizaram casos concretos

■ Coordenadora do Observatório da Justiça admite que não houve avaliação de casos concretos

● ANA LUÍSA NASCIMENTO

Um ano após a entrada em vigor da reforma penal, o Observatório Permanente da Justiça (OPJ), encarregue pelo Ministério da Justiça de monitorizar os novos códigos, ainda não tem conclusões, mas apenas percepções.

O primeiro relatório semestral, de Maio, concluiu que a reforma causou uma "redução drástica do número de presos preventivos" e que não contribuiu para a celeridade da justiça. No entanto, ontem, a coordenadora do trabalho, Conceição Gomes, foi à Assembleia da República dizer que ainda não é possível apurar "até que ponto a percepção é real", desi-

gnadamente ao nível da prisão preventiva.

"Não fizemos uma monitorização de casos concretos", admitiu Conceição Gomes, adiantando desde já que "há muitas questões que ainda não vão poder ser avaliadas" no próximo relatório, que será apresentado a 30 de Novembro. A coordenadora garantiu que a prisão preventiva será analisada melhor no próximo relatório, e questionada sobre questões polémicas, como as dificuldades à detenção fora de flagrante delito, Conceição Gomes limitou-se a dizer que é uma "questão controversa". A falta de formação prévia foi a única questão concreta apontada pela coordenadora. ■